



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

178

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravado na Apelação nº 0328071-3 – Recife (6ª Vara Cível)

Agravante: CELPE- Companhia Energética de Pernambuco

Agravado(a): Edoardo Gonçalves da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes

EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSO CIVIL. AÇÃO REVISIONAL C/C PERDAS E DANOS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SUSPEITA DE FRAUDE NO APARELHO RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA. CONSUMO UNILATERALMENTE APURADO. CELPE. CRITÉRIO ESTIMATIVA DE CARGA. COBRANÇA DE CONSUMO PRESUMIDO. IMPOSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. ABUSIVIDADE. PRECEDENTES DO STJ. COBRANÇA ILEGAL DE DÉBITO. DANO MORAL. CABIMENTO. CARACTERIZAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. FIXAÇÃO EM VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Insurge-se a agravante contra a decisão terminativa que negou seguimento a recurso de apelação por ela interposto, por ser manifestamente improcedente e estar em confronto com súmula e jurisprudência pacífica desta Corte e jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

2. Não merecem prosperar os argumentos da agravante de que é legítima a sua conduta de cobrar débito referente a um consumo presumido de energia baseado numa estimativa de carga.

3. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que, é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, bem como o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo. Precedentes.

4. "À abusividade da suspensão do fornecimento de energia elétrica, motivada por inadimplemento de débito unilateralmente apurado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude". (Súmula 13, do TJPE)

5. Caracterizado o dano moral diante da conduta desidiosa e gravosa da Celpe, sendo presumido os prejuízos alegados pelo consumidor.

6. Agravado improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 14 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes - Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

179

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0328071-3 – Recife (6ª Vara Cível)

Agravante: CELPE- Companhia Energética de Pernambuco

Agravado(a): Edoardo Gonçalves da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes

Relatório

Decisão agravada fls. 145/147 da Apelação Cível nº 32807071-3.

No primeiro grau foi proferida sentença na *ação revisional c/c indenização por perdas e danos e pedido de antecipação de tutela*, proposta por **Edoardo Gonçalves da Silva** contra a **CELPE- Companhia Energética de Pernambuco**, decisão que julgou procedentes os pedidos da parte autora, condenando a ré promover a revisão da fatura de fls.24 para quantia de R\$ 12,00 (doze reais) e julgou procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando a ré a pagar a quantia de R\$ 5.222,22 (cinco mil duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos).

Contra essa decisão foi interposta apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento para manter a decisão de piso, por entender que matéria tratada no apelo está em confronto com jurisprudência dominante nesta Corte e no STJ, que entendem configurado o dever de indenizar em razão do corte no fornecimento de energia do consumidor em razão de fatura de recuperação de consumo apurada unilateralmente.

Contra o julgado monocrático, a recorrente interpôs este recurso de agravo, objetivando a reforma do mesmo, repetindo em todos os termos os argumentos apresentados no apelo.

Pugna pela reforma da decisão recorrida.

É o Relatório.

Recife, 14 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

180

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0328071-3 – Recife (6ª Vara Cível)

Agravante: CELPE- Companhia Energética de Pernambuco

Agravado(a): Edoardo Gonçalves da Silva

Relator: Des. Jovaldo Nunes

Voto

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

A decisão agravada está vazada nos seguintes:

"DECISÃO TERMINATIVA.Sentença às fls. 97/98. Trata-se de recurso de apelação interposto por Celpe - Companhia Energética de Pernambuco, contra sentença proferida pelo Juiz da 1ª Vara Cível de Caruaru, nos autos da ação revisional c/c indenização por perdas e danos e pedido de antecipação de tutela, proposta pelo apelado contra Celpe - Companhia Energética de Pernambuco. Na sentença, o juiz julgou procedentes os pedidos, nos seguintes termos: "ISSO POSTO, julgo o processo nos termos dos Artigos 269, I, e 330, I, do CPC e julgo procedentes os pedidos, determinando que a ré promova a revisão da fatura de fls. 24 para quantia de R\$ 12,00 (doze reais) e nos termos dos Artigos 186, 927, 944 e 945 do Código Civil, julgo procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando a ré ao pagamento da quantia de R\$ 5.222,22 (cinco mil duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), devendo incidir juros de 1% ao mês, a partir do fato danoso, conforme a Súmula nº 54 do STJ e correção monetária a partir deste arbitramento e nos termos do Artigo 20 do CPC, condeno-a ainda ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que arbitro em 20% sobre o valor da condenação, deixando de considerar o valor da diferença do pleito revisional ante a sua insignificância. Torno definitiva a decisão de fls. 53/54 e determino que o autor faça o depósito judicial da quantia fixada na sentença no prazo de cinco dias." (grifei). Na apelação (fls. 105/119), a recorrente arguiu a legalidade da cobrança das faturas, estando compatível com o consumo efetivamente utilizado pelo autor. Alega não haver o que desconstituir a título de cobrança e, por consequência não praticou ato ilícito, inexistindo dano moral. A parte apelada, apresentou contrarrazões (fls.132/137) requerendo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença em todos os seus termos. Relatei, decido: O cerne da questão consiste em saber se é legal ou não a emissão de faturas de energia elétrica, por consumo unilateralmente apurado, sob alegação de defeito no medidor, apurado a posteriori. Compulsando os autos, verifico que a matéria em epígrafe já se encontra pacificada por este Egrégio Tribunal o qual firmou entendimento quanto "à abusividade da suspensão do fornecimento de energia elétrica, motivada por inadimplemento de débito unilateralmente apurado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude". (Súmula 13, do TJPE). Lado outro, não se pode tolerar o



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

181

arbitramento unilateral baseado em mera estimativa de valores a consumo anterior não aferido, bem como posterior emissão de fatura de cobrança que, caso não adimplida, ocasionaria interrupção no fornecimento de energia elétrica. Nesse ponto merece destaque o fato de que a jurisprudência do STJ a muito consolidou o entendimento de que é ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor decorrer de débitos pretéritos, bem como o débito originar-se de suposta fraude no medidor de consumo. (STJ - AgRg no AResp211.514-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda turma, Julgado em 18/10/2012, DJE:05/01/2012) A respeito do assunto esta Corte tem, reiteradamente, se pronunciado: "CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS, MATERIAIS E PEDIDO DE LIMINAR. SUSPEITA DE FRAUDE NO APARELHO RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO. AUSÊNCIA DE INADIMPLENTO. CONSTRANGIMENTO E AMEAÇA AO CONSUMIDOR. CDC, ART. 42. COBRANÇA ILEGAL DE DÉBITO. DANO MORAL. CARACTERIZAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR. FIXAÇÃO EM VALOR EXCESSIVO. APELO PROVIDO EM PARTE PARA REDUZIR O VALOR INDENIZATÓRIO PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). DECISÃO UNÂNIME. 1) Não se figura lícita a atitude da concessionária que, baseada na existência de mera irregularidade em medidor de energia elétrica (desvio antes do medidor), efetua suspensão do fornecimento de energia elétrica e cobrança por consumo presumido superior à média habitual nos anos anteriores do contrato, mormente quando não há, nos autos, qualquer prova de que o consumidor tenha concorrido para o evento. 2) Evidenciada a ocorrência do ato ilícito, do nexo causal e do dano, é de ser confirmada a sentença que condenou o ofensor a indenizar o ofendido, por danos morais, tendo como objetivo apenas minimizar a dor e a aflição suportada pela parte prejudicada, devendo ser fixada dentro dos padrões de razoabilidade, para que não acarrete enriquecimento ilícito, portanto reduz o quantum indenizatório para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)." (Apelação Cível nº 166762-9, Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho, 4º Câmara Cível). (grifei) No mesmo sentido, temos que: "não se figura lícita a atitude da concessionária que, baseada na existência de mera irregularidade em medidor de energia elétrica (desvio antes do medidor), ameaça efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica e cobrança por consumo presumido superior à média habitual nos anos anteriores do contrato" (Apelação Cível nº 152002-9, Rel. Des. Eurico de Barros Correia Filho, 4º Câmara Cível)". Entendo que a sentença deve ser mantida, tendo em vista que a matéria já foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, ante a multiplicidade de apelos no mesmo sentido, assim ementado: "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA. CELPE. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. REEXAME VEDADO PELA SÚMULA 7/STJ. OFENSA À RESOLUÇÃO DA ANEEL. ANÁLISE. INVIABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. 1. A comprovação dos danos morais, bem como do respectivo montante, decidida pelas instâncias inferiores, fundou-se nas provas e fatos colhidos, não podendo ser reapreciada em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa disposta na Súmula 7 desta Corte. Precedentes. 2. O recurso especial



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

182

não pode ser conhecido no tocante à alegada ofensa à Resolução ANEEL 456/00. Isso porque o referido ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF/88. 3. Nos termos da Súmula 83/STJ, não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 11/03/2014, T2 - SEGUNDA TURMA)". É inegável que a conduta da CELPE, por si só, é motivo para responsabilizá-lo pelos danos sofridos pelo apelado. Trata-se de dano moral puro, que prescinde de provas e resulta da simples conduta desidiosa e gravosa do agente ofensor, sendo presumidos os prejuízos alegados pelo apelado. No que pertine ao valor da indenização por dano moral, o mesmo foi fixado com prudência, considerando-se a gravidade da conduta da parte recorrente, bem como o seu potencial econômico e em consonância com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Nestes termos, verifica-se que o recurso não reúne condição de êxito, por estar o apelo em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste e do Superior Tribunal de Justiça, podendo o relator, monocraticamente, negar seguimento ao recurso, em homenagem ao princípio da economia processual. Ante o exposto, considerando que a sentença está em conformidade com a jurisprudência do STJ, **NEGO SEGUIMENTO**, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco."(grifei)

Analisando a argumentação apresentada pela agravante, não observo, no referido recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça.

Nesses termos, é ilegítima a suspensão de energia elétrica com base em suposta fraude no medidor de consumo, quando apurada unilateralmente pela concessionária, inteligência da súmula 13 deste Tribunal. Configurado, portanto, o dever de indenizar da concessionária.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo integralmente a decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator